

Portugal em 45.º lugar na liberdade de escolha de uma escola para os filhos

Primeira edição do Índice da Liberdade de Escolha em Educação é liderado por países europeus, com a Irlanda à cabeça. Na maioria dos 136 países analisados existem ajudas estatais ao ensino privado

Educação Clara Viana

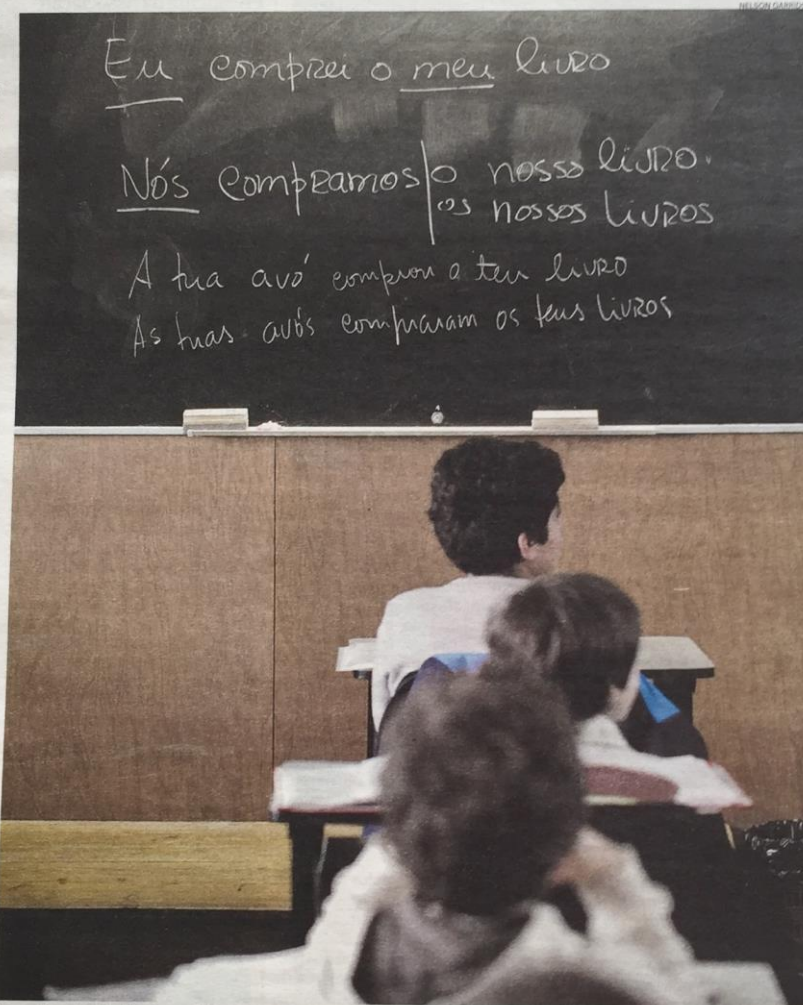
Em 136 países, Portugal ocupa o 45.º lugar na primeira edição do Índice sobre a Liberdade de Escolha em Educação (FEI, na sigla em inglês), a que o PÚBLICO teve acesso. O estudo foi promovido pela Organização Internacional para o Direito à Educação e Liberdade de Escolha (OIDEL) com base em quatro indicadores: saber se a criação de escolas não governamentais [privadas] é permitida por lei; se existe financiamento do Estado a estas escolas e que custos são subsidiados; taxa bruta de escolarização no ensino primário; e taxa de participação nas escolas não governamentais em percentagem do total do ensino primário.

A liberdade de escolha em educação diz respeito à possibilidade de os pais poderem escolher a escola onde os filhos estudam, independentemente do seu estatuto. Com base nos resultados obtidos, os Estados foram classificados numa escala de 1 a 100, na qual Portugal se situa a pouco mais de meio (58,27), numa lista que é encabeçada pela Irlanda (98,73), Holanda (89,59) e Bélgica (89,34).

Portugal está entre a maioria dos países (84%) onde a possibilidade de criação de escolas privadas está consagrada na Constituição e também figura entre os 73% que atribuem financiamento estatal a estes estabelecimentos de ensino. Mas fica penalizado neste índice, porque, destaca a OIDEL, uma organização não governamental fundada em 1985, o Estado só cobre o total de custos em 96 colégios.

Estas são as escolas privadas que têm contratos de associação com o Estado para garantir ensino gratuito aos seus alunos. Actualmente o seu número baixou para cerca de 90, mas metade das cerca de 2800 escolas privadas existentes em Portugal continuam a receber fundos do Estado, embora com um peso menor do que os garantidos com os contratos de associação.

Na investigação da OIDEL assinala-se como positivo o facto de recentemente ter sido concedida mais autonomia ao ensino particular na definição do seu currículo, o que aconteceu em 2013 por via da apro-



O ensino particular é proibido em três dos 136 países analisados no estudo da OIDEL

vação do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Nos dez primeiros lugares do FEI, nove são ocupados por países europeus: para além dos três mais cotados, estão neste pódio Malta, Dinamarca, Reino Unido, Finlândia, Eslováquia e Espanha. O Chile, que ocupa o sétimo lugar, é a excepção deste "top 10".

Na Europa, apenas a Bulgária, Croácia e Grécia não concedem financiamento ao ensino particular. No conjunto dos 136 países analisados, 28% estão nesta situação. E a existência de escolas não governamentais só é proibida em três. São eles Cuba, Gâmbia e Líbia.

Os autores do estudo consideram

que os resultados obtidos permitem "desmentir falsos mitos", ao comprovarem que na maioria dos países a liberdade de escolha em educação está garantida constitucionalmente; e que para esse fim existe financiamento do Estado ao ensino particular, embora em 43% dos países que asseguram estes subsídios "es-

ta ajuda seja reduzida e se encontre mal definida". Também referem que nos países do Sul da Europa (Itália, França, Espanha e Portugal) "existe ainda um debate político sobre o financiamento das escolas não governamentais que é motivado pela confusão entre estes estabelecimentos e as escolas católicas". Já no Norte da Europa esta questão só se coloca na Suécia, frisam.

"Políticas inovadoras"

No relatório destaca-se como "políticas inovadoras" a criação das "academias" na Inglaterra, a doação de terrenos públicos para a construção de escolas privadas em Espanha, a autonomia curricular aprovada em Portugal e o crescimento das *charter schools* nos Estados.

As chamadas "academias" são uma espécie de parcerias público-privadas instituídas no Reino Unido a partir de 2002 para substituir escolas secundárias com um historial de insucesso escolar. São já mais de mil. As *charter schools*, que começaram a ser criadas a partir de 1992 nos Estados Unidos, são financiadas por fundos públicos e podem ser constituídas por pais, professores, empresas e outros grupos locais desde que celebrem um contrato com o Estado. Existem mais de cinco mil.

O desenvolvimento da liberdade de escolha em educação não consta do programa do actual Governo. A maioria de esquerda no Parlamento já aprovou, aliás, uma recomendação ao executivo para que "restringa a existência de contratos de associação em zonas em que exista oferta e capacidade instalada não utilizada nas escolas públicas". Esta condição deixou de estar contemplada no novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo aprovado pelo Governo PSD-CDS, que tinha na liberdade de escolha uma das suas prioridades.

No essencial, os defensores da liberdade de escolha consideram que se devolve assim às famílias a possibilidade de decidirem onde é aplicado o dinheiro pago pelos contribuintes, institui-se a concorrência entre escolas e força-se as escolas públicas a mudar.

Alguns estudos recentes elaborados por entidades independentes dão conta, contudo, de que os resultados estão muito aquém das expectativas.